



Educação, Formação e Desenvolvimento nas páginas da Revista Vozes durante a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985)¹

Education, Formation, and Development on the pages of Vozes Magazine during the Brazilian Military-Civilian Dictatorship (1964-1985)

Educación, Formación y Desarrollo en las páginas de la Revista Vozes durante la Dictadura Cívico-Militar brasileña (1964–1985)

Darciel Pasinato

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0003-4167-2025>

<http://lattes.cnpq.br/0365700249114929>

darcielpasinato1986@gmail.com

Rosangela Fritsch

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0002-0630-3649>

<http://lattes.cnpq.br/5203131170203547>

rosangelaf@unisinobr

Resumo

Este artigo integra uma pesquisa documental que busca analisar as práticas e as representações de Educação, Formação e de Desenvolvimento na Revista Vozes durante a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985). O periódico foi criado por um grupo de frades franciscanos de origem germânica em 1907, objetivando dar voz à intelectualidade católica brasileira. Como fonte de pesquisa, permite compreender as mentalidades religiosas e o contexto socioeducativo brasileiro ao longo de suas publicações. Expressa que os docentes devem ser personagens de seu processo de formação e de desenvolvimento profissional, assumir iniciativas, desenvolver projetos, apreciar seu trabalho e conectar teoria e prática. As práticas e as representações de Educação, Formação e Desenvolvimento presentes na Revista estão vinculadas à Igreja Católica, que tinha diversas escolas espalhadas pelo território brasileiro e apresentava a hierarquia eclesiástica engajada em campanhas com o intuito de exaltar as vantagens de estudar nos colégios católicos e atacar o funcionamento da rede pública de ensino.

Palavras-chave: Revista Vozes; Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985); Educação.

¹ Este artigo é fruto de uma pesquisa de doutorado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Abstract

This paper is part of a documental research that aims to analyze the practices and representations of Education, Formation, and Development in *Vozes Magazine* during the Brazilian Military-Civilian Dictatorship (1964-1985). This magazine was created by a group of German Franciscan Friars in 1907, aiming at giving voice to the Brazilian catholic intellectuality. As a research source, it enables to comprehend the religious mentality and Brazilian socioeducational context throughout its publications. Teachers must be characters of their own professional formation and development process, taking on initiatives, developing projects, appreciating their work, and connecting theory and practice. Practices and representations of Education, Formation, and Development in the Magazine are linked to the Catholic Church, which had several schools in the Brazilian territory and presented the ecclesiastic hierarchy engaged in campaigns to speak very highly on the advantages of catholic schools and to attack the public educational system.

Keywords: *Vozes Magazine*; Brazilian Military-Civilian Dictatorship (1964-1985); Education.

Resumen

Este artículo integra una investigación documental que busca analizar las prácticas y representaciones de Educación, Formación y Desarrollo en la Revista *Vozes* durante la dictadura cívico-militar brasileña (1964–1985). Un grupo de frailes franciscanos germánicos fundaron dicho periódico en 1907, buscando dar voz a la intelectualidad católica brasileña. Como fuente de investigación, permite comprender las mentalidades religiosas y el contexto socioeducativo brasileño a lo largo de sus publicaciones. Sostiene que los docentes deben ser protagonistas de su proceso de formación y desarrollo profesional, tomar iniciativas, desarrollar proyectos, valorar su trabajo y conciliar teoría y práctica. Las prácticas y representaciones de Educación, Formación y Desarrollo presentes en la Revista están vinculadas a la Iglesia Católica, que tenía varios colegios en territorio brasileño y presentaba a la jerarquía eclesiástica comprometida en campañas para exaltar las ventajas de estudiar en colegios católicos y atacar el funcionamiento de la red de enseñanza pública.

Palabras clave: Revista *Vozes*; Dictadura cívico-militar brasileña (1964–1985); Educación.

Recebido: 06/07/2023

Aprovado: 23/10/2023

Introdução

Um grupo de frades franciscanos de origem germânica criou, em 1907, a Revista Vozes. Esse periódico, como o nome indica, pretendia dar voz a intelectualidade católica brasileira para reconquistar o domínio da educação católica e, ao mesmo tempo, estar presente nos debates em oposição ao ideário liberal de pensar a educação. Pode-se destacar os seguintes propósitos perseguidos pelos franciscanos ao lançar a Revista Vozes: “[...] a) difundir a boa moral católica; b) divulgar a produção da editora por meio da apresentação e do comentário de obras; c) transmitir aos leitores da sociedade leiga e eclesiástica o conhecimento selecionado pelos editores” (TANNÚS, 2008, p. 139).

Nesse cenário, é importante destacar que o embate entre católicos e liberais movimentou, desde a década de 1930, o debate educacional. O “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, lançado em 1932, sob a liderança de Anísio Teixeira, ressaltava a necessidade de “[...] criar um fato político e com ele unir seguidores dos diferentes setores da sociedade civil que tinham em comum a aversão ao pensamento católico, pois só desta maneira poderiam transformar o documento em elemento de união das aspirações gerais da nação” (CAMARA, 2003, p. 34). Tal asserção evidenciam as bases ideológicas do ensino laico defendido pelos signatários desse documento. Sendo assim, é possível afirmar que a produção do Manifesto de 1932 buscou capitalizar as discussões presentes na sociedade acerca da laicidade e da liberdade como princípios fundamentais da República brasileira, constituindo parte das estratégias dos renovadores para tornar suas propostas vitoriosas e, com isso, intensificar e fortalecer as críticas formuladas aos intelectuais e educadores católicos.

Para o grupo renovador, liderado por Anísio Teixeira, a educação consistia na organização dos meios científicos de ação, a fim de dirigir o desenvolvimento natural e integral das peculiares aptidões do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento, de acordo com certa visão de mundo condicionada às necessidades da vida social. Para os signatários do Manifesto de 1932, a Escola era nova não só pela sua função social, pelos seus processos científicos, pelo método experimental e pela disciplina consentida e responsável, mas também porque, em seus fins, reconhecia “[...] ao educando o direito de adquirir a plenitude de suas aptidões, por uma exercitação adequada aos seus interesses e necessidades” (CURY, 1984, p. 86). Nesse sentido, o Estado deveria assumir como seu dever, com a cooperação de todas as instituições sociais, a defesa do direito de todo cidadão à educação integral.

O “Manifesto dos Educadores Mais uma Vez Convocados”, datado de 1959 e liderado novamente por Anísio Teixeira, inicia enfatizando a gravidade dos problemas no âmbito da educação, os quais obrigavam os pioneiros a instituir uma nova etapa do movimento de reconstrução educacional, agora também com a participação da nova geração. Segundo Bedin (2011, p. 71), “[...] o plano de ação tornara-se um programa de realizações práticas, cuja implantação foi esperada inutilmente por mais de um quarto de século”. O Manifesto de 1959 adotou uma postura mais pragmática, considerando urgentes as realizações práticas da reconstrução do ensino, até mesmo porque a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases estava estagnada há onze anos.

Sanfelice (2007) argumenta que o Manifesto de 1959 se mostrava enfático e coerente quando afirmou não pregar o monopólio do Estado na educação, mas a liberdade disciplinada. A prova da ausência de tal monopólio era o crescimento contínuo das escolas privadas, as quais boa parte era confessional, ligada à Igreja Católica brasileira e identificada como ambiciosa quanto aos lucros, atuando como balcões de comércio, sob a influência dos poderes públicos. Com isso, o Estado visava a uma educação pública universal, integral, obrigatória e gratuita em todos os graus para assegurar o maior desenvolvimento das capacidades físicas, intelectuais e artísticas de cada criança, adolescente ou jovem.

Nessa conjuntura, os debates ocorridos entre os anos de 1930 e 1960, no âmbito das políticas educacionais, evidenciam diferentes projetos em disputas, especialmente entre os defensores da escola pública e os defensores da escola privada. Enquanto, na década de 1930 do século XX, o foco dos conflitos concentrava-se na laicidade do ensino público, na década de 1950, o foco era o destino das verbas públicas para as escolas públicas e não propriamente a existência da escola particular. Tendo isso em vista, parece possível afirmar que os Manifestos de 1932 e 1959 apresentavam um caráter de produto de um movimento organizado por educadores, cujo compromisso se concentrava na elaboração de uma leitura científica, política e social da educação.

No que concerne à política editorial da Revista *Vozes* até 1966, em linhas gerais, pode-se asseverar que foi conservadora no que diz respeito ao âmbito político. No contexto dos anos 1930 até 1950, adotou posicionamentos favoráveis a regimes autoritários, como o de António Salazar, em Portugal, e o de Francisco Franco, na Espanha, apoiando, ainda, em 1936, uma postura ambígua ante o nazi-fascismo, posto que o interpretava como positivo e aceitável para fazer oposição ao avanço do comunismo. Além disso, acompanhando boa parte do meio católico brasileiro, no início da década de 1960, a Revista concedeu destaque ao anticomunismo e apoiou, inclusive, o Golpe Civil-Militar de 1964 (ANDREO, 2015).

Nesse período, poucos eram os colaboradores estrangeiros da Revista *Vozes*, padrão que se mantém ao longo do período de 1960 a 1980. Apesar de leigos, predominavam no periódico autores de origem eclesiástica, como padres, bispos e freiras. Em meio ao conturbado contexto sociopolítico após o Golpe de 1964, visando superar uma crise quanto à sua circulação e inserindo-se como representante de posicionamentos católicos nos debates intelectuais do país, a Revista busca, sob a direção de Clarêncio Neotti², uma modernização de suas temáticas e abordagens. Neotti procura, então, trazer à tona os debates intelectuais/acadêmicos em voga no período por meio da abordagem de assuntos como música, literatura e teatro.

Diante disso, ao pesquisar a Revista *Vozes*, o presente estudo constitui um trabalho historiográfico que se fundamenta na interpretação e na percepção dos significados das ações e relações de fatos não quantificáveis, bem como na produção de diversos historiadores brasileiros e estrangeiros. Busca-se, assim, compreender o grupo social, os editores e os colaboradores associados a tal periódico, com o auxílio dos conceitos de prática e representação (CHARTIER, 1991, 1998, 2002, 2009), que compõem o repertório teórico que sustenta a discussão ora proposta. Nesse sentido, o objetivo é analisar as práticas e as representações de Educação, de Formação e de Desenvolvimento presentes na Revista *Vozes*, evidenciando relações de contexto do período que compreende a Ditadura Civil-Militar brasileira³ (1964-1985). Além da introdução e das considerações finais, este artigo se divide em quatro seções, que discutem: aspectos teóricos e metodológicos; a imprensa na Ditadura Civil-Militar brasileira; a história da Revista *Vozes*; e as práticas e representações de Educação, Formação e Desenvolvimento na Revista *Vozes*.

² Clarêncio Neotti, escritor e jornalista, entrou na Ordem Franciscana em 1954 e trabalhou durante vinte anos na Editora *Vozes*, na cidade de Petrópolis.

³ O movimento ocorrido em 1º de abril de 1964, que acabou com a experiência democrática iniciada no final de 1945, foi um golpe civil e militar. O acréscimo do termo “civil” deve-se tanto pelo apoio de parte expressiva da opinião pública ao golpe quanto pela mobilização de líderes civis de oposição radical ao governo Jango, com o apoio militar, é claro. É possível notar como a atuação dos governadores dos estados mais fortes da Federação – São Paulo (Ademar Barros), Minas Gerais (Magalhães Pinto) e Guanabara (Carlos Lacerda) – levou sempre em conta, ao lado das disputas com vistas às eleições de 1965, a antecipação compulsória do fim do mandato de Jango, ou seja, sua deposição (FERREIRA; GOMES, 2014).

Aspectos teóricos e metodológicos

A Revista Vozes representa, enquanto documento, um recorte que permite ao historiador a reconstituição de ideias, de pensamentos e de mentalidades. Nesse sentido, o periódico produz determinado discurso que reverbera na população e produz certa forma de pensar. É importante destacar que a Revista entre 1964 e 1985 era veiculada nas paróquias, nas escolas e nas universidades, ou seja, de forma ampla em várias regiões do território brasileiro e inclusive no exterior.

Os conceitos de representação e de prática compõem o aporte teórico que sustenta a discussão pretendida. A noção de representação permite articular as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem (CHARTIER, 2009). Tal noção não afasta os historiadores do real nem do social, mas os auxilia a se desfazerem da ideia limitada de real, insistindo na força das representações, sejam elas interiorizadas ou objetivadas. As representações não são simples imagens; possuem uma energia própria que leva a crer que o mundo é o que dizem que é. Nessa perspectiva, produzem as brechas que rompem as sociedades. Coordenar a história da cultura escrita com a história das representações é vincular o poder dos escritos aos das imagens que permitem escutá-los e às categorias mentais, que são as matrizes das classificações e dos julgamentos (CHARTIER, 1998).

A esse respeito, Chartier (1991) destaca que a leitura é uma prática quando encarnada em gestos, espaços e hábitos. Longe de uma fenomenologia da leitura que apague todas as modalidades concretas do ato de ler e o caracterize por seus efeitos, postulados como uma história das maneiras de ler, é preciso diferenciar as disposições específicas que identificam as comunidades de leitores e as tradições de leitura. Assim, a divisão entre alfabetizados e analfabetos não se esgota nas diferenças quanto à relação com o escrito.

Pensar as práticas culturais em relação às ocupações diferenciais autoriza a não considerar como eficazes e aculturantes os textos ou exemplos que visam criar os pensamentos e as condutas da maioria. Além disso, “[...] essas práticas são criadoras de usos ou representações que não são absolutamente redutíveis às vontades dos produtores de discursos e de normas” (CHARTIER, 2002, p. 68). Desse modo, o ato da leitura, assim como os comportamentos vividos nas interdições e nos preceitos que pretendem regulamentar tais comportamentos, não pode ser anulado no próprio texto. A aceitação dos modelos e das mensagens propostas opera-se por meio dos arranjos e às vezes das resistências que manifestam a singularidade de cada adequação.

Logo, o pesquisador que trabalha com documentos precisa superar alguns obstáculos e desconfiar de diversas armadilhas antes de fazer uma análise em profundidade do material. É importante, assim, localizar os textos pertinentes e avaliar a sua credibilidade, bem como compreender o sentido da mensagem daquilo que tiver em mãos, sejam fragmentos ou passagens difíceis de interpretar e repletas de termos e conceitos estranhos que foram redigidos por um desconhecido. Por conseguinte, em razão desses limites, o pesquisador terá de tomar precauções prévias que irão facilitar a tarefa e serão garantias da validade e da solidez de suas explicações (CELLARD, 2008).

Nesse sentido, Samara e Tupy (2010) destacam a relação entre o historiador e sua principal ferramenta de trabalho, o documento histórico. O contato com um texto e a sua leitura devem provocar algumas questões essenciais para uma aproximação do documento e sua classificação inicial: “[...] qual a forma material que o mesmo apresenta; qual o conteúdo que disponibiliza para pesquisa; e quais seus objetivos ou os propósitos de quem o elaborou e de quem o lê ou o interpreta” (SAMARA; TUPY, 2010, p. 70). Nessa perspectiva, o uso de um documento como fonte de pesquisa depende em grande parte das respostas encontradas.

Utilizamos, também, a metodologia de análise de conteúdo que Bardin (1977, p. 42) define como “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. Já para Franco (2008, p. 12), a mensagem pode ser “[...] verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”. Nesse sentido, retomamos o objetivo proposto e passamos então para a escolha dos documentos. Como escolher esses documentos que iriam compor nosso *corpus*? Seriam eles suficientes para ajudar a alcançar nosso objetivo?

Bacellar (2005) salienta que o início de uma pesquisa exige a localização de fontes. No processo de investigação aqui referenciado, mapearam-se sete artigos da Revista Vozes com foco em Educação, Formação e Desenvolvimento, os quais podem ser visualizados a seguir, no Quadro 1. Boa parte dos artigos possuía em média três páginas e integrava os Cadernos da Associação de Educação Católica do Brasil⁴ (AEC), espaço na Revista Vozes dedicado a fazer a defesa da educação sob o viés da Igreja Católica, ou seja, a defesa da escola privada confessional.

Quadro 1 – Artigos analisados para o estudo (1968-1969)

N.º	Autor	Título	Dados de publicação	Ano
1	Alceu Amoroso Lima	Desenvolvimento e educação	ano 62, p. 373-374, abr.	1968
2	Luciano Castelo	A educação e o desenvolvimento	ano 62, p. 563-565, jun.	1968
3	Paul Eugene Charbonneau	Educação e formação	ano 62, p. 665-666, jul.	1968
4	Luiz Tauhata	Educação, ciência e desenvolvimento	ano 62, p. 667-669, jul.	1968
5	Jorge Chácon	Educação e formação social	ano 62, p. 669-671, jul.	1968
6	Laura Chaer	Educação e desenvolvimento	ano 62, p. 951-954, out.	1968
7	C. Petit	O ensino católico e seu papel no desenvolvimento	ano 63, p. 946-948, out.	1969

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Após a seleção e a leitura dos textos, foram analisadas e discutidas as práticas e as representações de Educação, de Formação e de Desenvolvimento produzidas nas páginas da Revista Vozes transitando sobre os seguintes temas: a) educação e desenvolvimento; b) falta de formação social nas escolas; c) formação dos profissionais de Educação; d) concepção global de educação; e) contribuição da escola católica para o desenvolvimento.

⁴ “A Associação de Educação Católica (AEC) do Brasil gravitava no campo educacional, em profunda ligação com as escolas católicas do país, a elas prestando orientações e amparo em suas ações educativas. A AEC do Brasil foi fundada em 1945, como consequência de iniciativas nesse sentido, levantadas no I Congresso Nacional de Estabelecimentos Particulares de Ensino, em 1944, no Rio de Janeiro. A AEC foi fundada com intenção de responder aos problemas enfrentados pelas escolas católicas ante seus debates com a escola pública, laica e gratuita e também, com o intuito de dinamizar e coordenar a ação educativa da Igreja Católica no país” (TANNÚS, 2008, p. 108-109).

A imprensa na Ditadura Civil-Militar brasileira

Fico (2001) ressalta a existência de matizes e a complexidade em identificar os militares que fizeram o Golpe Civil-Militar em 1964, entre os “moderados” e os “duros”, lembrando que o presidente Castelo Branco efetuou um grande passo para consolidar a linha dura com a aprovação da Constituição Federal de 1967. O próprio general Ernesto Geisel, presidente que conduziu o projeto político de abertura do regime, tolerava o uso da tortura, posição compartilhada pelos militares mais autoritários. Assim, Joffily (2008) lembra que, se por um lado, o sistema de repressão foi instituído pelos militares da chamada linha dura, por outro lado, deve-se reconhecer que esse processo contou com o apoio dos militares moderados, além de ter sido incorporado pelas Forças Armadas como instituição. Dessa forma, todo esse sistema de repressão se fez presente no controle da imprensa brasileira, entre 1964 e 1985.

A maioria dos grandes jornais do Brasil deu apoio, no início, ao Golpe Civil-Militar de 1964. No dia 31 de março de 1964, a grande imprensa (O Estado de S. Paulo e O Globo, entre outros jornais) noticiou que a “Revolução Gloriosa”, expressão utilizada pelos militares favoráveis ao Golpe, pretendia livrar o país da ameaça comunista. As manchetes desses jornais destacavam a indignação com o presente e o otimismo quanto ao futuro. Os coronéis que entravam nas redações para manter a ordem não se abalavam com as táticas de Assis Chateaubriand: “Ameaçar a pauta de verdades, meias-verdades ou mentiras, caso não pagassem ou permutassem com o caixa dos Associados” (LAURENZA, 2012, p. 182). O discurso dos militares contra a corrupção causava estrago nas empresas de Chateaubriand, cujas práticas eram comentadas e ampliadas por seus inimigos.

Entre o Golpe Civil-Militar, em 1964, e o Ato Institucional n.º 5 (AI-5), em 1968, a censura a livros no Brasil foi marcada, nas palavras de Reimão (2010, p. 271), “[...] por uma atuação confusa e multifacetada, pois, além de apresentar ausência de critérios, mesclava batidas policiais, apreensão, confisco e coerção física”. Um dos alvos dessa censura foi Ênio Silveira, proprietário da Editora Civilização Brasileira. Além de ver sua Editora invadida e sua produção editorial apreendida, Ênio foi preso diversas vezes e processado.

Aos poucos, a presença dos censores nas redações foi removida da maior parte dos jornais, e o controle passou a ser exercido mais sobre os proprietários de veículos de comunicação. Contudo, o fim dessa censura prévia aconteceu apenas em 1978, quando o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional n.º 11, que revogava, a partir de 1º de janeiro de 1979, o Ato Institucional n.º 5 (CORRÊA, 2012).

Nesse cenário, floresceu a chamada imprensa alternativa, que se caracterizava pela atitude renovadora, independente e polêmica ao permitir que jornalistas críticos à Ditadura Civil-Militar nela pudessem encontrar espaço para divulgar suas ideias. Esses jornais, que se caracterizaram pela resistência ao governo autoritário brasileiro da época, tiveram atuação mais significativa na década de 1970, período de intensa repressão. Apesar de tolerados, tais periódicos foram mantidos sob vigilância e tiveram de enfrentar, além da censura, os grupos de extrema-direita que lançavam bombas nas bancas de jornais onde eram comercializados (CORRÊA, 2012).

No eixo Rio-São Paulo, a grande imprensa diária costuma, de acordo com Aquino (1999, p. 38), estabelecer “[...] o bastião do conservadorismo político” e atuar como defensora dos chamados ideais do movimento de 1964, do qual foi conspirador confesso o jornal O Estado de S. Paulo. Já para o estabelecimento das liberdades democráticas, a partir de meados dos anos 1980, o senso comum julgou a Folha de S. Paulo como um dos defensores de uma sociedade justa e democrática.

Nesse mesmo período, alguns jornais entraram em choque com órgãos da censura e procuraram denunciá-la por meio de estratégias específicas: “O ESP publicou trechos de literatura nos espaços censurados; a Revista Veja recorreu aos desejos (de anjos e demônios) e poemas com dupla significação” (CAPELATO, 1988, p. 55), sendo retirado das bancas quatro vezes. O jornal Correio da Manhã, por sua vez, contrariou a Ditadura desde o início e sofreu as consequências dessa decisão. A proprietária, Niomar Moniz Sodré, foi sequestrada e presa pelos órgãos de repressão sob a justificativa de que o impresso publicou artigos e reportagens de tendência oposicionista. Como resultado, o jornal passou por dificuldades econômicas e acabou fechando suas portas na década de 1970.

Assim, desde o Golpe de 1964, instalaram-se mecanismos para controlar a imprensa, pois existia uma preocupação acerca de como seriam divulgadas as informações para o público. Por isso, Barbosa (2007, p. 187) relata que, em 1964, “[...] cria-se o Serviço Nacional de Informações (SNI) e, no final da década, estruturam-se os Centros de Informação do Exército (CIE), da Aeronáutica (CISA) e se rearticula o centro da Marinha (CENIMAR)”. Até 1968, a forma mais comum de controle da informação era o telefonema para as redações dos jornais a fim de proibir a divulgação das notícias. Porém, a partir do AI-5, a ação da censura passou a ser mais incisiva.

Os dados gerais sobre a censura a livros indicam que a atividade censória foi mais rígida entre 1975 e 1980, “[...] período em que mais de 50% dos livros submetidos foram vetados, ao passo que, entre 1970 e 1973, esse percentual ficou muito abaixo dos 50%” (REIMÃO, 2010, p. 286). Isso mostra que a censura a livros durante a Ditadura teve uma atuação mais forte na época dos anos de chumbo (1968-1972), porém, durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), apesar de momentos de retrocesso, percebe-se o início de um lento e gradativo processo de abertura política.

Esse momento histórico de censura incluía, ainda, prisões arbitrárias e torturas a presos políticos, derivados dos grupos que lutavam contra a Ditadura Civil-Militar. O fato de a censura prévia recair sobre as matérias que tratavam de questões políticas estava relacionado ao tipo de informação oferecido pela grande imprensa. De acordo com os relatos de Aquino (1999, p. 62), a grande imprensa “[...] necessita de um esquema empresarial muito forte que garanta a distribuição em larga escala, além de assegurar a periodicidade constante”, o que acaba criando uma dependência maior de anunciantes para a composição de suas receitas do que de venda em bancas ou da compra de assinaturas.

Nessa conjuntura, outro fator que impedia o progresso da imprensa no Brasil era o analfabetismo. Conforme Bahia (1990, p. 393), “[...] a taxa em 1970 é de 33% e, em 1980, de 25% da população, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”. No entanto, a qualidade da informação prestada pelos veículos impressos, bem como sua credibilidade, contribui para explicar o interesse da sociedade pelas notícias apresentadas. Além disso, apesar de menos interessantes, a distribuição e a tiragem não devem ser desprezadas.

As consequências da Ditadura para a imprensa foram imensas. De um lado, criaram-se condições para a popularização da televisão; de outro, o Brasil passou por um período dramático no que diz respeito à censura aos meios de comunicação. Nesse contexto, o processo de decisão que o governo autoritário adotava não chegava ao conhecimento da maioria da população. Para esse governo, os meios de comunicação interessavam para auxiliar na divulgação de premissas para a construção de um país que só existia no discurso ideológico dos militares.

A história da Revista Vozes

Em 1907, os franciscanos, sob a liderança de frei Inácio Hinte, fundaram uma revista de cultura, a Revista Vozes, cuja primeira edição foi impressa em julho. De periodicidade mensal, a Revista Vozes teve seu nome inspirado no jornal alemão *Stimmen der Zeit* (Vozes do Tempo), muito lido pelos franciscanos daquele período. A Revista era mensal, continha mais de 70 páginas no formato americano (14 x 21 cm) e apresentava ilustrações. De acordo com Andrades (2001a, p. 33), no editorial do primeiro número, a opção plural da Revista é clara: “[...] a *Vozes de Petrópolis* terá caráter geral e não puramente religioso. Trará a nossa Revista artigos variados que terão o cunho da atualidade”.

O primeiro editorial da Revista Vozes, intitulado “Quo vadis” (onde ides), sinalizava a defesa da cultura católica e a contrariedade aos princípios defendidos pela República, como a posição laica da sociedade. O periódico tinha como foco a cultura geral e a formação de um pensamento voltado para o referencial católico de cultura e de sociedade. O alcance de uma publicação impressa era reconhecido pelos frades que já trabalhavam em tipografias alemãs e sabiam da força que tinha a divulgação de determinadas publicações. Nas palavras de Andrades (2001a, p. 34), decidiram lançar uma Revista na qual pudessem publicar “[...] propaganda franciscana, orientações morais e religiosas, notícias selecionadas de jornais europeus, comentários de livros para guiar as consciências e capítulos de livros afinados com a moral católica e fazer de uma divulgação maciça dos produtos”.

Em 1928, a assinatura do impresso era semestral ou anual para os leitores do Brasil. Para leitores do exterior, eram aceitas apenas assinaturas anuais. A divulgação era assim descrita nas palavras de Tannús (2008, p. 145) “Revista quinzenal, Religiosa, *Scientífica*, Literária e de Arte”.

Também eram oferecidos volumes anuais da Revista, ainda que nem sempre, encadernados com capa dura. O periódico publicava, ainda, capítulos de livros traduzidos. Essa prática de publicar romances em capítulos na Revista, “[...] deixando o leitor aguardar ansiosamente a próxima edição, era usual nas primeiras décadas do século XX” (TANNÚS, 2008, p. 135). O impresso trazia, igualmente, as matérias da cidade de Petrópolis. Com o decorrer do tempo, as notícias locais foram deixadas de lado, e o periódico passou a ter caráter de revista nacional.

Andrades (2006) salienta que parte da hierarquia da Igreja no Brasil, formada pelos bispos, vigários, voluntários e parceiros influentes, colaborava com a propaganda da Revista. Esse grupo observava a necessidade de uma editora para suprir “[...] a carência de publicações religiosas em língua portuguesa e, no caso dos sacerdotes, obter publicações que pudessem recomendar aos fiéis, sem receio de perturbar-lhes a fé” (ANDRADES, 2006, p. 113).

Com poucos recursos, oriundos das próprias publicações, colaboradores voluntários ou amigos de influência possibilitaram que a Revista Vozes montasse, na década de 1930, uma rede de distribuição e circulação, enviando seus exemplares para diversas regiões do Brasil. Contribuiu em grande parte para a criação e manutenção dessa rede o apoio de parte dos bispos e vigários. Assim, a Revista atendia às expectativas de seus apoiadores (ANDRADES, 2006).

Os leitores também foram chamados, assim como os religiosos, para colaborar na multiplicação de assinantes, divulgadores e compradores das publicações da Editora Vozes. Os frades lançaram uma campanha interessante: “Pedimos a fineza de indicar-nos o endereço de pessoas que talvez se interessem por nossa Revista, para que possamos mandar-lhes um número” (ANDRADES, 2004, p. 12). Tal solicitação resultou, inclusive, em cartas com listas

de potenciais assinantes das cidades de Ouro Preto, em Minas Gerais, São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, Itapeçerica, em São Paulo, Santarém, no Pará, e Palhoça, em Santa Catarina, pelo fato de a Revista trazer comentários e até capítulos inteiros sobre livros publicados pela Editora Vozes, a fim de preparar os leitores para sua recepção.

Neotti (2007, p. 49) ressalta que, “[...] até os anos 1940, a *Vozes de Petrópolis* foi a única, digamos assim, revista da elite intelectual católica”. Por um período longo, as escolas católicas, em função das assinaturas, foram a base financeira da Revista: diversos professores passaram a assiná-la devido ao contato com tal publicação nas instituições confessionais.

Em meados dos anos 1960, a Revista Vozes defendeu o Golpe de 1964, pois, segundo Andreo (2014, p. 2), “[...] era contrária ao diálogo entre cristãos e marxistas, configurando-se como antirrevolucionária, anticomunista, além de ferrenhamente crítica às religiões de ascendência africana”. Em 1966, os assuntos relacionados aos ideais católicos apareciam ainda em grande proporção no periódico, porém começavam a conviver com temáticas culturais e com abordagens e análises de questões ligadas aos problemas sociais do Brasil e do mundo.

Neotti (2007) ressalta que, na década de 1960, recebeu ajuda relevante do padre José de Vasconcellos, presidente da Associação de Educação Católica (AEC) e membro do Conselho Federal de Educação (CFE). Precisava visitar as escolas católicas, e Vasconcellos sugeriu que fosse elaborado um boletim mensal para os professores e as escolas ligadas à AEC. Esse boletim, de dezesseis páginas, passou a ser publicado como caderno especial, contando com material didático, no período de maio de 1966 a dezembro de 1969, até que Vasconcellos deixou o cargo. Com isso, foi possível assegurar as assinaturas das escolas católicas de todo o Brasil e a assinatura de diversos professores.

A Revista Vozes tinha uma seção específica para publicar notícias gerais da AEC, denominada Caderno da AEC do Brasil. Essa seção trazia “[...] notícias sobre as escolas católicas, os movimentos de interesse das escolas e textos de formação para seus associados” (TANNÚS, 2008, p. 111). Essa cessão de espaço na Revista demonstra o apoio dado pela Editora Vozes à AEC.

Para as instituições educativas filiadas à AEC, a ação educativa era entendida na perspectiva da doutrina católica. Diante disso, a AEC via a ação educativa como uma função que se apoiava na busca da realização de uma educação libertadora, que inspirasse a conscientização da dimensão social e de suas exigências para uma educação cristã mais abrangente. Nesse debate, Tannús (2008, 114) menciona que “[...] o ideal de educação como formação integral de qualidade e com respeito à ética nas relações humanas, de acordo com as recomendações do ideário católico eram a tônica da Associação”. Também existia uma preocupação em preparar os educadores e as instituições para interagirem com o mercado e com o Estado nas suas exigências legais e prerrogativas de disputa por número de alunos matriculados nas escolas.

O material encontrado no impresso é formado por artigos que, muitas vezes, nem ocupam uma página inteira. Por vezes, seus colaboradores traziam suas opiniões sobre fatos do momento em pequenos textos que pareciam aqueles vistos nas seções, denominadas hoje em dia nos grandes jornais de “opiniões dos leitores”. Eram poucos textos que apresentavam referências bibliográficas ou seguiam normas técnicas para sua elaboração. Ademais, “[...] nos textos, as imagens são praticamente inexistentes e quando aparecem são meramente ilustrativas e dispensáveis” (ANDREO, 2013, p. 2).

O periódico, apesar de ter a maior parte de seu público ligada ao meio eclesiástico, quando frei Clarêncio Neotti assume a direção da Revista, busca, em meio a uma crise de vendas, a expansão a um grupo intelectual, sobretudo universitário, expansão essa que foi bem-sucedida a partir da década de 1970, por intermédio da abordagem crescente de assuntos culturais leigos, como história em quadrinhos, literatura, cinema, música, e temáticas

acadêmicas. Além disso, acontece uma mudança significativa nas publicações: as análises sociais e políticas centradas no Brasil e realizadas do ponto de vista tanto do meio eclesiástico quanto dos setores acadêmicos. Todos esses aspectos fizeram com que a Editora Vozes, que tinha se modernizado, começasse a se destacar comercialmente no meio acadêmico (ANDRADES, 2001b).

Assis (2008) explica que os colaboradores da Revista Vozes, representantes da sociedade civil, eram oriundos das mais diferentes atividades profissionais. O periódico convocava os escritores a participar: “[...] fazemos um apelo a todos os escritores católicos nacionais, professores, estudantes, senhores ou senhoras, para que nos enviem seus artigos sempre que estes lhes parecerem enquadrar no programa e no espírito da Revista” (ASSIS, 2008, p. 47).

Neotti (2007) chama atenção para a questão da censura à imprensa, principalmente no governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). A Revista estava fichada no Serviço Nacional de Informações (SNI) como periódico filosófico de esquerda e não panfletário. O impresso nunca foi agredido, ressalta Neotti (2007), justamente porque tinha o cuidado de montar o número da Revista utilizando expressões que não constavam no dicionário dos censores da Ditadura, tais como:

Problemas de linguística descritiva, Semântica Estrutural, Semiologia e Teoria do Discurso, História das estórias em quadrinhos, Dinâmica e Descompasso, Ideologia anacrônica, Festival do Subconsciente, O Salto para o Objeto, A Poética da Denotação, Cibernética e Ideologia (NEOTTI, 2007, p. 50).

Se o periódico não foi atingido pela censura da Ditadura, foi assolado pela censura do Vaticano. O Núncio Apostólico em pessoa, D. Sebastião Baggio, foi a Petrópolis reclamar do artigo do padre Jaime Snoek sobre homofilia, dizendo que concordava com o conteúdo, mas que o tema não ficava bem em uma revista católica. Além disso, Baggio incomodou-se com um pequeno artigo de pouco mais de três páginas, intitulado “Quem informa o Papa”. Nas palavras de Neotti (2007, p. 51), “[...] a nota fazia uma comparação entre um Manifesto de católicos mineiros, apegados aos tempos anteriores ao Concílio, e uma carta admoestativa ao Papa Paulo VI à CNBB”. A nota concluía que a carta do Papa estava calcada sobre o Manifesto mineiro, condenado pela Conferência dos Bispos do Brasil.

Neotti (2007) ressalta, ainda, que, por razões financeiras, exemplificadas pela redução do número de assinantes para 375 e da venda avulsa para 84, o Conselho Diretor da Editora Vozes reconheceu que o periódico não despertava mais interesse. Sob a alegação de que todos os campos que o impresso costumava cobrir estavam ocupados por outras revistas especializadas, em 2003 o periódico deixou de existir por três motivos: o alto déficit da Revista; a ausência de uma proposta que pudesse modificar o quadro; e a falta de foco da publicação, sendo este o ponto que mais contribuiu para a suspensão das publicações.

As práticas e representações de Educação, de Formação e de Desenvolvimento nas páginas da Revista Vozes

No Brasil, durante a Ditadura Civil-Militar, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND), proposta pela Escola Superior de Guerra⁵ (ESG), direcionou boa parte das políticas e ações dos governos militares. No que diz respeito ao desenvolvimento econômico, a proposta da ESG volta-se para um capitalismo moderno, baseado em um

⁵ A ESG foi criada em agosto de 1949. Entre seus fundadores, estavam oficiais que haviam participado da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Itália, sob o comando dos Estados Unidos. Essa ligação com o país norte-americano caracterizará a ESG desde sua idealização.

modelo de interferência do Estado no planejamento econômico nacional, na produção direta e no investimento de infraestrutura, com apropriação dos recursos estatais. Nessa perspectiva, aproxima-se de um capitalismo de Estado, que pode ser constatado na estrutura centralizadora desenvolvida pelos governos militares desde 1964 (ALVES, 1985).

Em relação à educação, a ESG define a escola como o lugar onde se realizam ensino e aprendizagem ou como as instituições de ensino. O conjunto das escolas de uma sociedade nacional compõe o seu sistema escolar, que consta das instituições educativas, articuladas e coordenadas de modo a abrangerem todos os graus e modalidades de ensino e aprendizagem necessários à vida e ao desenvolvimento, tanto das pessoas quanto da sociedade a que serve. Nas palavras de Gonçalves (2011, p. 8), “[...] os sistemas escolares nacionais tendem a identificar-se de modo sempre crescente, com as necessidades vitais e as aspirações das sociedades que os instituem”.

É necessário frisar que a expressão “escola” abrange todas as instituições de ensino, incluindo o ensino superior. Nesse sentido, a acumulação do capital humano por meio da educação tem fundamentado dois efeitos: a) o aumento de produtividade do fator trabalho, o que se reflete no mercado via aumento no salário real; b) o aumento de mobilidade do fator trabalho, que passa a explorar, de maneira mais efetiva, as diferenciações de produtividade setorial existentes na economia. Caracteriza-se, pois, a importância fundamental da educação do homem como investimento mais produtivo para o desenvolvimento. É por intermédio do preparo profissional técnico-científico que uma sociedade se coloca em condições de assimilar a tecnologia já criada a de aplicar e ampliar tecnologia mais desenvolvida (ALVES, 1985).

Observa-se, assim, uma diretriz quanto à formação necessária, com papel relevante em relação ao desenvolvimento. Dentro do pensamento da ESG, o desenvolvimento colaboraria para melhores condições econômicas e sociais da população, favorecendo a Segurança Nacional.

Por outro lado, Libâneo e Pimenta (1999) enfatizam que as pesquisas sobre formação de professores apontam como questão fundamental o fato de que os docentes desempenham uma atividade teórico-prática, sendo difícil refletir sobre a possibilidade de educar fora de uma situação concreta e de uma realidade definida. O professor precisa combinar elementos teóricos com situações práticas reais. Por esse motivo, ao pensar um currículo de formação, o destaque à prática como atividade formadora aparece como exercício formativo para o futuro professor. Contudo, é um dos aspectos centrais na formação do professor em razão de trazer resultados decisivos para a formação profissional.

Desse modo, significa a conexão entre formação inicial e formação continuada. Por um lado, a formação inicial estaria vinculada aos contextos de trabalho, possibilitando pensar as disciplinas com base no que diz a prática. Por outro lado, a formação continuada pode ser feita na escola desde os saberes e as experiências dos docentes adquiridos na situação de trabalho, associando-se com a formação inicial e levando os professores à universidade para uma análise sobre as suas práticas. Nos dois casos, há interação entre as práticas formativas e os contextos de trabalho, de modo que as escolas são consideradas locais para inovação e a melhoria, figurando como ambientes privilegiados para a formação continuada de docentes (LIBÂNEO; PIMENTA, 1999).

No artigo intitulado *Desenvolvimento e educação*, Alceu Amoroso Lima⁶ (1968) reproduz a ideia de desenvolvimento integral, na qual a educação tem papel central. O que há de mais característico na concepção de desenvolvimento defendida por Lima (1968) é que não se trata apenas do progresso econômico dos povos, mas do seu progresso total, o que inclui o respeito aos elementos materiais do homem e da sociedade. Nessa perspectiva, a educação é o processo não apenas inicial, mas também durável, segundo o qual o homem se torna

⁶ Crítico literário, escritor, professor, intelectual e líder católico brasileiro, exerceu uma grande produção jornalística e destacou-se no combate à Ditadura brasileira.

verdadeiramente homem (LIMA, 1968), de modo que, assim como “[...] o caminho da paz passa pelo desenvolvimento, podemos dizer que o caminho do desenvolvimento passa pela educação” (LIMA, 1968, p. 374). Portanto, torna-se fundamental que toda ação para promover o desenvolvimento de um povo comece por meio de um esforço coletivo ainda na educação fundamental.

Já no texto denominado *A educação e o desenvolvimento*, padre Luciano Castelo⁷ (1968) destaca a importância da educação para o desenvolvimento. Segundo ele, muitas pessoas não compreendem que a diferença entre um país desenvolvido e um subdesenvolvido “[...] é de natureza e não apenas grau, como se bastassem algumas medidas de ordem quantitativa para que o subdesenvolvimento fosse superado. Mais escolas, mais estradas, mais investimentos e tudo estaria resolvido” (CASTELO, 1968, p. 563).

Nessa concepção, é relevante considerar o papel da educação para o desenvolvimento. É comum que determinadas pessoas, que, de modo consciente ou inconsciente, optam pelo *status quo*, defendam a educação enquanto medida isolada como a solução para os problemas do subdesenvolvimento; bastaria, assim, aumentar o número de escolas para marchar para o desenvolvimento. Contudo, essa posição está equivocada, por exemplo, por não compreender a relação da educação com as estruturas econômicas, sociais e políticas.

Nas palavras de Castelo (1968, p. 563), “[...] se todos tivessem instrução, não haveria grandes problemas sociais, uma vez que eles são causados sobretudo pela ignorância do povo”. Supondo que o fundamento dessa afirmativa estivesse correto, restaria ainda provar que seria possível a universalização do ensino sem a mudança das estruturas econômicas e sociais. Ademais, para que a educação contribua para o desenvolvimento, é importante, além das reformas das estruturas, que ela mesma, passe por uma transformação. Todavia, no final dos anos 1960, o sistema educacional brasileiro era tradicional e estava longe de corresponder às exigências em relação aos direitos do ser humano e ao bem comum (CASTELO, 1968).

Por sua vez, padre Paul Charbonneau⁸ (1968, p. 665), em seu artigo *Educação e formação*, ressalta que na prática “[...] hoje em dia não há menor dúvida quanto à necessidade de se dar uma educação sexual às crianças”. Conforme Charbonneau (1968, p. 665), tal educação deve ser ministrada em quatro etapas: “A primeira etapa varia entre quatro ou cinco anos; a segunda fica ao redor dos cinco-seis; a terceira é o início da puberdade e a quarta, em plena puberdade”. Cada uma das etapas exige respostas completas e orientação mais precisa. Dessa forma, a educação sexual é necessária e deve representar as etapas da curiosidade intelectual da criança, o que requer a presença de dois elementos: informação e formação.

Dessa ótica, no final da década de 1960, a educação sexual constitui um problema na educação religiosa da juventude, pois poucos pais têm uma cultura religiosa suficiente para que sejam capazes de oferecer aos filhos uma formação religiosa que corresponda às exigências da mocidade. Portanto, a primeira coisa necessária é que “[...] a educação religiosa seja feita por pais, que estejam convencidos da validade de sua opção religiosa e tenham uma bagagem cultural no plano religioso maior do que a encontrada” (CHARBONNEAU, 1968, p. 666), isto é, pais amadurecidos para assimilar a problemática religiosa e transmiti-la em termos aceitáveis e válidos para a mocidade na atualidade.

⁷ Professor de Sociologia e crítico da Ditadura brasileira, mobilizou seus alunos de Mariana e Ouro Preto (MG), no segundo semestre de 1964, quando se percebia que os militares não deixariam o poder. Em outubro de 1964, viajou para a França para estudar no Instituto Católico de Paris.

⁸ Teólogo, padre católico e educador canadense radicado brasileiro em 1959, foi um dos membros fundadores da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), na qual trabalhou como assessor doutrinário.

Ao encontro disso, no artigo *Educação e formação social*, padre Jorge Chacón⁹ (1968), importante defensor da escola católica, debate a falta de formação social nas escolas, falta essa que recai sobre os educadores por não terem dado resposta efetiva às urgentes necessidades sociais. “Entre os alunos são patentes o aburguesamento e o classismo, a irresponsabilidade e indiferença ante injustiças sociais, bem como o sentido religioso descentrado da caridade e dos postulados do Corpo Místico” (CHACÓN, 1968, p. 669).

O sistema educativo brasileiro herdado do século XIX necessitava de uma formação de qualidade e de uma renovação urgente, tanto educativa quanto pedagógica, para conceber uma educação permanente da nação. A execução de uma política nacional de renovação educativa não deveria ser adiada sob o risco de tensões psicológicas, econômicas e sociais. Por isso, os poderes públicos precisavam ser alertados sobre a necessidade dessa renovação, para a qual poderiam contribuir com todas as suas forças (CHACÓN, 1968).

Já no artigo *Educação e desenvolvimento*, a professora Laura Chaer¹⁰ (1968) ressalta que um planejamento educacional deve ser feito considerando a problemática oriunda da influência dos fatores econômico, político e social. “Um planejamento lúcido leva em conta os fenômenos acarretados pela industrialização, a urbanização, a má distribuição da população” (CHAER, 1968, p. 953), problemas esses que põem em xeque a ação educacional no Brasil, tais como:

- a) O sistema de ensino num país subdesenvolvido como o nosso, importado de sociedades estrangeiras de nível social e econômico mais elevado. Sistema anacrônico que não andou muito, nem com a influência da urbanização e da industrialização, nem se sensibilizou à flexibilidade concedida ao currículo pela LDB;
- b) O baixo rendimento da rede de ensino motivado pelo abandono da escola, pela repetência, pelo alto índice de faltas, provocando baixa no ensino; pelo estilo de escola seletiva em nível elementar e em outros níveis, pelo baixo nível de cultura do corpo docente;
- c) O analfabetismo funcional. Além de que só 50% de crianças em idade escolarizável tem acesso à escola, grande número dos que começam a frequentar desistem, ou porque a escola não corresponde às necessidades da região, ou porque carece a escola de formação técnica requerida pelo mercado de trabalho (CHAER, 1968, p. 953).

Nessa citação, chamam atenção duas questões. A primeira diz respeito à formação de professores, já que parte significativa dos docentes não tinha formação universitária, principalmente no interior do Brasil. A segunda concerne à falta de escolas para as crianças em idade escolar. Apesar da queda do índice de analfabetismo, ao longo das décadas de 1960 e 1980, milhões de alunos ainda estavam fora das escolas.

Em outro artigo publicado na Revista *Vozes* denominado *Educação, ciência e desenvolvimento*, o professor Luiz Tauhata¹¹ (1968) debate sobre educação e desenvolvimento no plano institucional do ensino. Tauhata (1968, p. 667) constata um ensino voltado para a

⁹ Pedagogo, teólogo e padre jesuíta nascido em Pelileo, província de Tungurahua no Equador, em 1905, tinha quinze anos quando entrou na ordem dos jesuítas e, depois de ter concluído o ensino superior, quando obteve o grau de Doutor em Teologia, foi para a Espanha para continuar os estudos em Filosofia.

¹⁰ Com graduação em Letras Neolatinas pela Faculdade de Ciência e Letras do Instituto Santa Úrsula (1949) e doutorado em Letras Neolatinas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1954), foi professora titular da Universidade Católica de Goiás.

¹¹ Com graduação em Física pela Universidade de Brasília (1965) e doutorado em Física pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (1984), foi pesquisador da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Tem experiência na área de Física, com ênfase em Desintegração Nuclear e Radioatividade.

elite, de cunho acadêmico e adequado a uma sociedade artificial, “[...] assentada em valores desumanos, uma metodologia arcaica e inoperante, níveis escolares intercalados por exames que estabelecem a filtragem econômica e social”. Nesse sentido, Tauhata (1968, p. 668) menciona a existência de “[...] uma concepção perenialista temperada com essencialismo, da mesma forma constata um esforço de promover ensino para todos os participantes, necessário para a construção de uma nova sociedade”.

Nesse esforço global de autonomia, o desenvolvimento coloca-se como uma exigência consolidada no que existe de genuíno na formação, sendo projetado como retrato de nossa afirmação histórica. A reflexão, a crítica ao sistema econômico, o compromisso com o humanismo concretizado em um planejamento eficiente e o senso incansável de pesquisa configuram diretrizes de um comportamento consciente. No plano do ensino institucional, isso significa “[...] desenvolvimento do senso criador, liberdade de expressão, objetividade dos estudos, integração na realidade, metodologia participante, primazia da motivação sobre a disciplina” (TAUHATA, 1968, p. 668).

Já no artigo intitulado *O ensino católico e seu papel no desenvolvimento*, C. Petit¹² (1969) ressalta que o desenvolvimento deve ser integral, promovendo todos os homens, possibilitando desenvolver as aptidões e qualidades que recebem desde o nascimento, “[...] acendendo a um humanismo transcendente e assumindo os valores superiores do amor, da amizade, da oração e da contemplação” (PETIT, 1969, p. 90). O direito universal à educação evidencia essa concepção global de educação, fundada sobre a vocação pessoal dos seres humanos: todos têm direito a uma educação correspondente à sua própria vocação, ou seja, ao seu temperamento, à sua cultura e às tradições nacionais. De acordo com Petit (1969, p. 91), “[...] o escopo que persegue a educação é o de formar a pessoa humana, na perspectiva de sua finalidade mais alta e do bem dos grupos, dos quais o homem é membro e a serviço dos quais se exerce sua atividade de adulto”.

Essa concepção global de educação, que tem como finalidade garantir a maturidade da pessoa humana, não se esgota na educação cristã, à qual todos os cristãos têm direito. O paralelismo entre as concepções cristãs do desenvolvimento e a educação evidencia a importância que a escola católica tem para o desenvolvimento. Não basta acenar para a relevância da visão cristã, que propõe a Igreja Católica no campo da educação e do desenvolvimento. A Igreja reivindica sua parte de responsabilidade como educadora dos homens (PETIT, 1969).

Se a escola católica tem uma atribuição a desempenhar no desenvolvimento – de formação intelectual, moral e religiosa dos alunos a ela confiados –, necessita cumprir uma missão importante, pondo-se a serviço do desenvolvimento. Os responsáveis pelo desenvolvimento e pela educação, baseados em dados concretos e estudos necessários para estabelecer planos de acordo com as possibilidades, precisam passar à ação sem esperar ordens. Também cabe aos católicos imbuir-se de mentalidade e espírito cristão, levando em conta os costumes, as leis e as estruturas de sua comunidade, de acordo com a missão cristã de desenvolvimento. A eles compete tomar iniciativas e ser os agentes da paz, como também é nomeado o desenvolvimento.

Assim, aconteceram movimentos de centralização e descentralização das ações do Estado, de modo a acompanhar as mudanças econômicas e sociais em nível mundial, adaptando a educação às necessidades do mercado. Tais ações representam a descontinuidade de políticas educacionais, caracterizando-as apenas como políticas de governo e não como políticas de Estado. Nesse cenário, o planejamento educacional torna-se um campo de debates políticos e ideológicos entre distintos atores sociais, que trazem diferentes concepções de educação. Nessa relação de forças, o planejamento educacional assume divergentes finalidades, e a educação, apesar de apresentar conquistas, destina-se à preservação da hegemonia dominante.

¹² Defensor das escolas católicas nas décadas de 1960 e 1970.

Considerações finais

A Revista Vozes constituiu um periódico amplamente veiculado que produziu conteúdos com o propósito de divulgar e inculcar o ideário da Igreja Católica na defesa de manutenção de seus interesses. Atuou em consonância com as leis impostas pela Ditadura brasileira quanto ao ensino e à formação profissional que inauguraram uma série de ações do Estado, com o objetivo de executar a reprodução ampliada do capital, que se prolongou para além do processo de qualificação dessa força, visto que tais políticas setoriais atingiram a pesquisa científica, as inovações tecnológicas, a assistência social e o consumo coletivo. Nesse cenário, a legislação foi decisiva na reprodução estendida da força de trabalho, e política social dos governos militares, adotada desde 1964, tornou-se visível na preponderância dos aparatos repressivos, colocados na posição de frente na guerra contra as classes populares, visando separar suas organizações e suas lutas por alterações estruturais na sociedade brasileira.

Muitos artigos sobre formação partem da concepção de desenvolvimento profissional, isto é, da ideia de que a preparação do professor para o exercício de sua atividade profissional constitui um processo que envolve diversas etapas e que está sempre incompleto. Entretanto, é possível apontar vários contrastes entre as lógicas da formação e do desenvolvimento profissional. Enquanto a formação está associada à concepção formal de acompanhar cursos, o desenvolvimento profissional ocorre mediante múltiplas formas, que incluem atividades como projetos, trocas de experiências e leituras. Além disso, na formação, persegue-se aquilo em que o professor é carente e, no desenvolvimento profissional, dá-se atenção às suas capacidades.

Nessa perspectiva, os docentes devem ser os personagens do seu processo de formação e desenvolvimento profissional, assumindo iniciativas, desenvolvendo os seus projetos, apreciando o seu trabalho e conectando teoria e prática. Trata-se de uma modificação que envolve novas representações e novas práticas profissionais, sobretudo uma nova atitude profissional. Do mesmo modo, disponibilizar numerosos tipos de oportunidades de formação aos docentes em etapas diferentes da sua carreira, com necessidades e interesses distintos, especialmente quanto à maneira como podem amparar o seu processo de desenvolvimento profissional, estabelece uma responsabilidade para as instituições encarregadas pela formação de professores. É sua incumbência unir a teoria à prática, procurando apurar o que se passa nos processos de formação da sua iniciativa e responsabilidade.

Contudo, no período analisado neste artigo (1964-1985), a expansão da escola pública, o crescimento do setor privado na educação (dominado pelos empresários do ensino), a escassez de recursos para a manutenção do processo de ensino-aprendizagem e a falta de uma política clara por parte da Igreja Católica para sua presença na área da educação geraram situações difíceis para a escola católica. Por esses motivos, diversas escolas alinhadas a essa abordagem finalizaram suas atividades. A Revista Vozes configura uma estratégia de resistência e de preservação do espaço conquistado pelas escolas católicas no sistema de ensino brasileiro.

Tendo isso em vista, a análise das relações do ensino privado confessional com o Estado brasileiro deve ponderar duas dimensões: onde acaba a responsabilidade do Estado e inicia o seu intervencionismo na livre iniciativa da educação; e de que depende a liberdade de ensino e até que nível o financiamento estatal direto ou indireto limita tal liberdade (autonomia). Essas são duas dimensões que precisam estar presentes em qualquer debate sobre a relação entre ensino privado e Estado no Brasil.

As práticas e as representações de Educação, de Formação e de Desenvolvimento presentes na Revista Vozes estão vinculadas à Igreja Católica, que tinha diversas escolas

espalhadas pelo território brasileiro e apresentava a hierarquia eclesiástica engajada em campanhas com o intuito de exaltar as vantagens de estudar nos colégios católicos e atacar o funcionamento da rede pública de ensino. Cabe ressaltar, ainda, que a longa duração da Revista Vozes (1907-2003), mesmo tendo se reestruturado diversas vezes tanto em sua forma quanto em sua essência, deve-se a aberturas dentro da própria Igreja Católica. O desejo de renovação da Igreja para preservar o *status quo*, por intermédio de políticas de restauração ditadas pelo Vaticano, possibilitou a aproximação da Igreja com a sociedade civil, estimulando um grupo de intelectuais que preservaram os princípios católicos dentro da sociedade, em todos os níveis. A partir da década de 1960, o periódico foi cedendo espaço aos colaboradores leigos e às mais variadas discussões.

Referências

- ALVES, Maria Helena M. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ANDRADES, Marcelo F. de. *Do claustro à universidade: as estratégias editoriais da Editora Vozes na gestão de frei Ludovico Gomes de Castro (1962-1986)*. 2001. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001a.
- ANDRADES, Marcelo F. de (coord.). *Editora Vozes: 100 anos de história*. Petrópolis: Vozes, 2001b.
- ANDRADES, Marcelo F. de. Fidelidade como receita de sucesso: um estudo de caso da Editora Vozes nas primeiras décadas do século XX. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1., 2004, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2004. p. 1-16.
- ANDRADES, Marcelo F. de. *De Petrópolis para o mundo: as estratégias editoriais dos gestores da Editora Vozes (1901-1985)*. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- ANDREO, Igor L. Vozes de um dilema no seio da intelectualidade católica brasileira: reforma ou revolução? Um debate desenvolvido nas páginas da Revista de Cultura Vozes (1966-1969). In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH, 27., 2013, Natal. *Anais [...]*. Natal: UFRN, 2013. p. 1-19.
- ANDREO, Igor L. O debate acerca da diversidade étnica nas revistas católicas Vozes (Brasil) e Christus (México) entre os anos 1966 a 1970: um estudo histórico-comparativo. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 11., 2014, Niterói. *Anais [...]*. Niterói: UFF, 2014. p. 1-19.
- ANDREO, Igor L. *Atualização católica e Teologia da Libertação no Brasil e no México: um estudo histórico-comparativo entre a Revista de Cultura Vozes e a Revista Christus (1966-1980)*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2015.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exército cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e o Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

ASSIS, Paula M. de. *A concepção de educação na Revista Vozes durante os debates da LDB (1956 a 1965): o período de Frei Aurélio Stulzer*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23-79.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. 4. ed. São Paulo: IBRASA, 1990.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEDIN, Brigitte. *Os pioneiros da Escola Nova, Manifestos de 1932 e 1959: semelhanças, divergências e contribuições*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CAMARA, Sônia. “Progredir ou desaparecer”: o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 como itinerário para a construção do Brasil moderno. In: MAGALDI, Ana Maria; GONDRA, José G. (org.). *A reorganização do campo educacional no Brasil: manifestações, manifestos e manifestantes*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 29-44.

CAPELATO, Maria Helena R. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto: EDUSP, 1988.

CASTELO, Luciano. A educação e o desenvolvimento. *Revista Vozes*, Petrópolis, ano 62, p. 563-564, jun. 1968.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução: Ana C. Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

CHACÓN, Jorge. Educação e formação social. *Revista Vozes*, Petrópolis, ano 62, p. 669-671, jul. 1968.

CHAER, Laura. Educação e desenvolvimento. *Revista Vozes*, Petrópolis, ano 62, p. 951-952, out. 1968.

CHARBONNEAU, Paul E. Educação e formação. *Revista Vozes*, Petrópolis, ano 62, p. 665-666, jul. 1968.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Tradução: Andréa Daher e Lenir C. Reis. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.11, n.5, p.173-191, 1991. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Tradução: Reginaldo C. C. de Moraes. São Paulo: UNESP, 1998.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Tradução: Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CORRÊA, Thomaz S. A era das revistas de consumo. In: MARTINS, Ana L.; LUCA, Tania R. de (org.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 207-232.

CURY, Carlos R. J. *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais*. 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de C. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FRANCO, Maria Laura P. B. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

GONÇALVES, Nadia. Doutrina de segurança nacional e desenvolvimento da ditadura civil-militar: estratégias e a educação. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300650153_ARQUIVO_textoanpuh2011_ngg.pdf. Acesso em: 18 jul. 2023.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Tese (Doutorado em História Social – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008).

LAURENZA, Ana M. de Abreu. Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In: MARTINS, Ana L.; LUCA, Tania R. de (org.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 179-205.

LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano 20, n. 68, p. 239-277, dez. 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73301999000300013>

LIMA, Alceu A. Desenvolvimento e educação. *Revista Vozes*, Petrópolis, v.62, p.373-374, abr. 1968.

MANIFESTO DOS EDUCADORES MAIS UMA VEZ CONVOCADOS (1959).

NEOTTI, Clarêncio. Revista Vozes: uma jovem centenária revista de cultura. *Ciberteologia – Revista de Teologia e Cultura*, São Paulo, ano 2, n. 14, p. 48-51, 2007.

O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932).

PETIT, C. O ensino católico e seu papel no desenvolvimento. *Revista Vozes*, Petrópolis, ano 63, p. 88-96, jan. 1969.

REIMÃO, Sandra. Ditadura Militar e censura a livros: Brasil (1964-1985). In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: UNESP, 2010. p. 271-287.

SAMARA, Eni de M.; TUPY, Ismênia S. S. T. *História & documento e metodologia de pesquisa*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SANFELICE, José L. O Manifesto dos Educadores (1959) à luz da história. *Educação & Sociedade*, São Paulo, v.28, n.99, p.542-557, ago. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000200013>

TANNÚS, Fabiana V. *Vozes católicas sobre Ensino Superior: a revista católica de cultura Vozes (1961-1969)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação Superior) – Centro Universitário Triângulo, Uberlândia, 2008.

TAUHATA, Luiz. Educação, ciência e desenvolvimento. *Revista Vozes*, Petrópolis, ano 62, p. 667-669, jul. 1968.